

SOCIOLOGIA & POLÍTICA

I Seminário Nacional Sociologia & Política UFPR 2009

“Sociedade e Política em Tempos de Incerteza”

ISSN 2175-6880 (Online)



**GRUPO DE TRABALHO 4
CIDADANIA, CONTROLE SOCIAL E MIGRAÇÕES
INTERNACIONAIS**

**CIDADANIA, ESCRAVIDÃO E RECRUTAMENTO
MILITAR NA PROVÍNCIA DO PARANÁ(1864-1870)**

Edilson Pereira Brito



www.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica

**CIDADANIA, ESCRAVIDÃO E RECRUTAMENTO MILITAR NA PROVÍNCIA DO
PARANÁ(1864-1870)
Edilson Pereira Brito¹**

Resumo:

A presente comunicação tem por objetivo analisar o processo de Recrutamento militar de escravos na Província do Paraná, durante a Guerra do Paraguai. As fontes utilizadas são principalmente as cartas de liberdade. Estas cartas são de proprietários que para o Presidente da Província, pedindo a incorporação de seus escravos na Armada Imperial, mediante a indenização que o Estado Imperial iria pagar. Ademais também trabalhamos com outros tipos de fontes , como periódicos da época, testamentos, inventários e ofícios trocados entre as autoridades locais. A partir do material coligido, estamos observando como o Estado Imperial no Brasil, transformou rapidamente os escravizados em cidadãos, tendo em vista que aos escravos era negada via constituição seu direito a cidadania. Observamos também como os proprietários, após o governo prometer que compraria seus escravos para servir na Guerra usaram essa prerrogativa para lucrar com o erário público. Muitos inclusive, valeram-se desse decreto Imperial para "vender" um cativo desobediente, e/ou doente. Contudo, seguindo uma linha da nova historiografia sobre a escravidão no Brasil, também entendemos que esses indivíduos foram em muitos aspectos agentes e sujeitos de sua própria história, e muitos escravos viram nessa época de conflito, uma oportunidade de obterem suas respectivas liberdades. Mesmo que isso pudesse custar-lhes a vida no campo de batalha

Durante o conflito entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870), o exército brasileiro era uma instituição precária. Naquele momento (segunda metade do século XIX), pertencer ao exército brasileiro era considerado um castigo e os homens que dele participassem eram considerados desclassificados. Os membros do Exército Imperial possuíam o salário estagnado desde 1825, a tropa recebia apenas uma refeição diária, as acomodações nos quartéis eram terríveis e o armamento obsoleto. Neles também havia severas punições corporais. Estas práticas levaram o Exército a sofrer um processo depreciativo diante da sociedade civil.

Após a prisão do navio brasileiro Marquês de Olinda, ficou caracterizado o conflito entre o Brasil e a República Paraguaia. O exército brasileiro viu-se obrigado a mobilizar sua precária força militar, espalhada pelo país incapaz de travar uma guerra.² A primeira alternativa para preencher essa lacuna foi a mobilização da Guarda Nacional. Esta guarda, inspirada em modelos liberais europeus, era composta, em 1865, por 440.972 membros, divididos entre comandantes, cavalaria e artilharia³. Embora a Guarda Nacional fosse considerada auxiliar do exército, ela desempenhava

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, Bolsista do CNPQ.

² DORATIOTO, F. M. Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.111.

funções policiais e não estava pronta para entrar em uma Guerra. No dia 21 de janeiro de 1865, o governo imperial publica o decreto convocando 14.796 guardas nacionais, divididos em cotas entre as províncias. Cabia à província do Paraná fornecer um total de 416 guardas,⁴ número considerado mínimo. No entanto, aqui como em outras províncias, houve muita resistência dos membros da aristocracia local, visto o caráter clientelar da Guarda Nacional.

Um fator decisivo para o malogro do uso da Guarda Nacional foi a sua formação e as relações clientelares envolvendo seus membros. Este corpo do exército representava os interesses das oligarquias locais, visto que a partir de 1850, após uma reforma em seu quadro, ela passou a se reportar às autoridades centrais e provinciais, reafirmando o poder de fazendeiros locais e desempenhando o papel de uma “milícia cidadã.”⁵

Não obstante, outra forma de resistência frente ao recrutamento de guardas nacionais era o sistema de substituição. Nele o Guarda que tivesse condições financeiras poderia enviar um membro para servir em seu lugar. Esta prática era regulamentada pelo Decreto 3513 em que no seu artigo primeiro previa o seguinte:

O cidadão Guarda Nacional, que por si apresentar outra pessoa para o serviço do Exército por tempo de nove annos, com a idoneidade reguladas pelas Leis Militares, ficará isento não só do recrutamento senão tambem do serviço da Guarda Nacional. Se o apresentado já tiver servido, o prazo será de seis annos. O substituto é responsavel pelo que o substituir, no caso de deserção, por espaço de um anno, contando o dia em que jurar bandeiras.⁶

Esse decreto possibilitou que muitos escravos fossem arrematados logo no início da guerra, em lugar dos guardas. Essa dificuldade em contar com Guardas Nacionais fez com que o Império procurasse outra alternativa. Em sete de janeiro de 1865, o governo cria o *corpo de Voluntários da Pátria*⁷, um grupo formado por homens que optassem por defender a pátria. Os pré-requisitos para a participação no grupo nesse corpo eram simples: ter idade entre 18 e 50 anos e alistar-se por iniciativa própria. Inicialmente, a formação do voluntariado repercutiu de maneira satisfatória na maioria das províncias do Império.

De acordo com as análises do historiador Francisco Monteoliva Doratioto, estudioso do conflito, o governo imperial criou várias benesses para estimular o alistamento. Apesar de o trabalho ser voluntário, eles teriam direito ao soldo comum aos membros do exército: cerca de 500 mil réis e uma gratificação ao término de 300 mil réis. Exceto essa gratificação, os voluntários também receberiam terras, promoções por bravura, pagamento de meio soldo em caso de invalidez e pensão em caso de morte ao herdeiro que fosse por eles escolhidos.⁸

⁵ CASTRO, J. B. de. A Guarda Nacional. In: HOLANDA, S. B. de. (org.) História geral da civilização brasileira. Vol. 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 276.

⁶ BRASIL, *Collecção das leis do império DE 1865*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1865, pp 14-15.

⁸ DORATIOTO, F. M. op.cit. p. 114.

Estima-se que 10 mil voluntários alistaram-se para atuar no conflito, “parte dos voluntários, sem suspeitar de que a guerra seria longa e dura, talvez visse no alistamento a possibilidade de melhorar sua condição de vida, tendo em vista as vantagens financeiras oferecidas pelo governo”⁹. No entanto, com o desenrolar da batalha o afã patriótico, esvaiu-se e em fins de 1865 praticamente inexistia voluntários.

O governo nesse momento comandado pelo Gabinete liberal de Zacarias de Góis, iniciado em 1866, precisava recrutar homens para a batalha, dada a sua continuidade, embora até então toda a sociedade civil acreditasse em uma guerra de término rápido. Tivemos a recomendação após a reunião do Conselho de Estado em 06 de novembro de 1866 de libertação de escravos para atuar no conflito. Porém esta atuação estava condicionada em dois fatores distintos: primeiro o direito de posse do proprietário; e por fim a obrigatoriedade da prestação de serviço militar por parte do cativo¹⁰.

No Paraná, esse decreto obteve grande aceitação e, a partir de 1867, foi promovida a venda de inúmeros escravos ao Estado Imperial. Prática essa de grande vantagem para os fazendeiros locais, tendo em vista a possibilidade de livrarem-se de cativos indesejáveis por um lado e de obter uma quantia substancial por outro.

A construção desta pesquisa pautar-se-á em dois fatores. O primeiro trata da investigação de aspectos relacionados à pressão feita pelo Governo Imperial junto ao provincial e aos proprietários de escravos para que cativos fossem libertados para servir na guerra, juntamente com as conseqüências de tal medida para os proprietários que lucram com a venda de escravos ao Estado; e também as questões da substituição, visto que muitos senhores enviavam escravos para a guerra no lugar de membros da sua família. Tais elementos comporão o quadro de análise do impacto de tais medidas políticas para a sociedade da época em todos os segmentos (sociedade livre, escravos e governo).

Recrutamento militar e historiografia

Nas últimas décadas, a historiografia expandiu o campo de investigação dos pesquisadores, expandindo também o território da disciplina por diversas áreas. No campo da escravidão, por meio de novas fontes e novas metodologias, questões antes negligenciadas pela historiografia tradicional foram incorporadas ao debate. Religiosidade, compadrio, resistência, família são exemplos dessa incorporação. Dada essa renovação historiográfica, estudos sobre a inserção de escravos e/ou

⁹ Idem. p. 117.

¹⁰ Izeckshon, Vitor. O recrutamento militar durante a Guerra do Paraguai. In: Celso Castro (org) *Nova história militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.197.

homens livre de cor em tropas do exército passaram também a ser objeto de atenção dos historiadores.¹¹

Todavia, o recrutamento de escravos no Exército do Paraguai ainda é um tema pouco abordado. A Guerra do Paraguai alterou a configuração política dos países envolvidos: concomitantemente ao desenrolar do conflito tivemos outras modificações de dimensões menores causadas pelo conflito. Um fato que não pode passar despercebido é a questão do recrutamento de escravos para a batalha. A tese de participação de escravos na guerra do Paraguai não é nova, tem ao menos 120 anos e foi elaborada por redatores de jornais paraguaios. Estes usavam o termo depreciativo de *macacos* para denominar os membros da tropa.¹² Na época do conflito, os negros eram representados como inimigos do povo paraguaio e, segundo os periódicos, os macacos pretendiam escravizar a população paraguaia. Os principais comandantes do exército brasileiro, Caxias, Pedro II e Tamandaré são ilustrados como três macacos, prontos a invadir a república paraguaia.¹³ O exemplo dos jornais paraguaios demonstram que havia uma efetiva participação de escravos no conflito. Porém as hipóteses do escritor Júlio Chiavenato, de que a maioria dos soldados brasileiros na guerra eram escravos, serão aqui desconsideradas.¹⁴ Não existem números corretos sobre a participação de escravos na guerra do Paraguai, todavia Ricardo Salles, autor de uma importante obra que estuda o conflito, afirma que o número de escravos era cerca de 7% do efetivo da tropa. Portanto, seriam 8.489 escravos em meio a um contingente de 123.150 soldados¹⁵. Robert Conrad por sua vez, calcula em 20 mil o número de escravos libertos por meio do conflito, incluindo-se aí as mulheres dos escravos que conseguiram a liberdade com o regresso da batalha¹⁶. As dificuldades em quantificar o número de escravos libertos após a guerra com o Paraguai são inúmeras, devido sua incorporação na sociedade como escravos libertos e não como “veteranos” de guerra. Eduardo Silva analisa, pelo viés da micro-história, a trajetória de um ex-escravo libertado após a guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança: seu nome era Candido Fonseca. Sendo inclusive condecorado por bravura, após seu retorno, tornou-se uma figura excêntrica na corte, considerado

¹¹ Para um balanço da historiografia ver KRAAY, Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. Diálogos UEM. Maringá, vol 03, n.03, pp 113-151.

¹² TORAL, André Amaral de. A participação dos negros escravos na Guerra do Paraguai. *Estudos Avançados*, Vol.09, n.24, p.287.

DORATIOTO, F. M. p. 274.

¹⁴ CHIAVENATO, J. Voluntários da Pátria e outros mitos. São Paulo: Editora Global, 1983 ,p.27.

¹⁵ SALLES, Ricardo, Guerra escravidão e cidadania na formação do Exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, pp 64-65.

¹⁶ CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

rei por uma parte dos escravos e amigo pessoal de Pedro II, tendo, portanto, uma trajetória notória no pós-guerra.¹⁷

Uma das tentativas de recuperar essa lacuna em relação aos escravos na guerra do Paraguai foi proposta pela publicação do livro *Nova história militar brasileira*. Este texto se propõe a analisar práticas militares como o recrutamento militar, não apenas do ponto de vista oficial, mas também da visão dos populares sobre essa questão.¹⁸ No Paraná, esta lacuna se torna mais evidente e o recrutamento militar de escravos para atuação na guerra é um tema pouco discutido. Uma das peculiaridades do Estado foi a grande aceitação dos senhores de escravos ao Decreto de 06 de novembro de 1866. Nele, como já citado, o proprietário de escravo iria libertar o seu cativo recebendo por isso uma indenização do Estado Imperial.

No início, a concessão de liberdade aos escravos para atuar no conflito estava atrelada à substituição de filhos da aristocracia local.¹⁹ Em seguida, quando o Estado passou a adotar como política pública a compra de escravos para servir na Armada, tivemos uma situação singular em relação às outras províncias.

A partir de 1850, com a proibição do tráfico internacional de escravos²⁰, houve um aumento vertiginoso no preço dos cativos. Logo, a medida de libertação de escravos para a guerra passou a prejudicar os proprietários, principalmente de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em 1868, o presidente da província de São Paulo afirmou que a continuação da guerra levaria à derrocada da economia paulista, promovendo, inclusive, a falta de mão-de-obra na agricultura, além da desvalorização da moeda nacional.²¹ Em contrapartida no Paraná, esse esvaziamento de escravos não foi sentido pela medida. Os proprietários aproveitaram-se para lucrar com a venda de escravos ao Estado Imperial. Ademais, houve uma união entre membros do Estado e da elite fundiária para facilitar essa medida.

A elite política do século XIX estava dividida da seguinte maneira: os funcionários do Estado Imperial, responsáveis pela tomada de decisão do poder central, eram os ministros, senadores, deputados gerais e conselheiros do Estado. Abaixo destes havia os presidentes e vice-presidentes de províncias, diretores e chefes de seção, sendo que os últimos tentavam a todo custo

¹⁷ SILVA, Eduardo. D. Obá II. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp 42-48.-

¹⁹ Cf: Carta de Jesuíno Gomes de Oliveira, particular, a Agostinho Ermeliano Leão, Vice-presidente da província do Paraná. AP 0369, vol. 01, págs. 73. Curitiba 02 de janeiro de 1867; Carta de José Caetano Galvão particular, a Polidoro Cézár Burlamaque, Presidente da província do Paraná. AP0269, vol. 01, pág.92. Curitiba 07 de janeiro de 1867.

Jaime

²¹ Doratioto, p. 272.

obter uma posição na elite nacional. No Paraná, ao longo do conflito com o Paraguai, tivemos nove presidentes de província, cada um deles com um tempo médio de nove meses no cargo²².

Cabia às Assembléias Provinciais o poder de eleger os vice-presidentes das províncias, já que os presidentes eram eleitos por um poder central e podiam vetar medidas adotadas pelas câmaras municipais, além de nomear membros para os executivos municipais. Essa medida em princípio pode parecer descentralizadora, contudo sua verdadeira intenção era diminuir o poder local.²³ O que se observa é que esta medida serviu somente para criar uma grande rede de proteção e apadrinhamento, pois os representantes do poder central passaram a nomear vários funcionários por todo o Brasil, criando uma relação de interdependências entre a elite local e a elite burocrática.

Luiz Geraldo Silva, em um dos raros estudos sobre a inserção de escravos paranaense na Armada Imperial, relata um exemplo pleno dessa situação aqui instaurada. Trata-se de um escravo de nome Francenildo, comprado por um grupo de senhores de Palmas, para ser vendido para o Estado. Contudo Francenildo acabou fugindo e sua fuga gerou uma mobilização de diversos segmentos da província, como a polícia e até mesmo a presidência.²⁴ Em outras províncias essa prática também se fazia comum: segundo Vitor Izecksohn, no Rio de Janeiro essa medida levou à criação de associações entre senhores, intermediários e funcionários do governo provincial. As fontes apontam vários exemplos em que essa questão aparece. No dia 16 de dezembro de 1867, duas figuras ilustres da província haviam empregado essa atitude para lucrar com o erário público. Tratava-se do vigário Agostinho Machado Lima e do juiz de direito Agostinho Emerlindo de Leão.²⁵

Aos cidadãos com posses, uma possibilidade comum foi a libertação de cativos para substituir seus respectivos filhos e netos. Inclusive no caso dos guardas nacionais que não poderiam pagar para livrarem-se da guerra, mas lhes era permitida a substituição por outro indivíduo, as substituições proporcionavam o engajamento na Guarda Nacional de escravos sempre procurando a

²² Para ver a relação dos presidentes da província, ver o sítio do DAP do Paraná

²³ GRAHAM, R. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 1997.p.74.

²⁴ SILVA, L. G. CATÁLOGO

²⁵ Cf: Carta de Agostinho Machado Lima, vigário, a José Feliciano Horta de Araújo, Presidente da província do Paraná. AP 0267, vol. 17, pág. 49. Curitiba, 16 de dezembro de 1867; Carta de Agostinho Ermelindo de Leão, Juiz de Direito, a José Feliciano Horta de Araújo, Presidente da província do Paraná. AP 0267, vol.17, pág. 51. Curitiba, 16 de dezembro de 1867.

alforria²⁶. Tal é o exemplo do caso de José Beltrão de Toledo que ofereceu o liberto Benedicto como seu substituto²⁷.

A maioria dos escravos que serviu na Armada Imperial foi recrutada involuntariamente, lutando uma guerra que não era sua. Dentro do exército, a hierarquia social era mantida: aos escravos ficavam os cargos auxiliares e a prestação de trabalhos aos “senhores” no campo de batalha. Segundo André Toral, os escravos brasileiros eram vítimas de preconceito dentro do próprio exército:

O contingente sulista (Rio Grande do Sul e Bahia foram as províncias que mais contribuíram com homens para guerra) e recebia mal os homens de cor do Norte e do Nordeste. Um dito popular entre os sulistas no exército em operações era: Mandai Mãe de Deus, mais alguns dias de Minuana para acabar com tudo que é baiano²⁸.

Os comandantes militares brasileiros também possuíam reservas de escravos na tropa, havendo, nestas circunstâncias, várias acusações de mau desempenho do exército devido à presença destes. Duque de Caxias, inclusive, é um dos nomes ilustrados como autor de críticas que alegava que os escravos continuavam agindo como tais, mudando apenas de senhor.²⁹

No entanto, pretendemos aqui elucidar as questões dos três grupos sociais envolvidos, considerando que os escravos não foram apenas personagens anônimos nesse processo. A historiografia tem dedicado cada vez mais espaço para as formas de resistência escrava.³⁰ Alguns deles relatam o processo de recrutamento como uma forma de fuga do pesado jugo da escravidão. Álvaro Pereira do Nascimento, embasado em ampla documentação do período, notou que, entre outros aspectos, o Exército brasileiro carente de homens, muitas vezes fazia “vistas grossas” para escravos fugidos incorporados ao batalhão. Outro estudioso do tema, Hendrik Kraay, denominou essa prática de “abrigo da farda”. Para o autor, os escravos buscavam esta medida como forma de mudança social:

Independente de sua ocupação ou da condição social de seus senhores, os escravos desenvolveram diversas estratégias para melhorar suas vidas, desde fazer corpo mole no trabalho, passando pela afirmação de culturas autônomas, até a revolta manifesta, num processo constante de conflitos [...].³¹

²⁶ Faria, Fernando Augusto. A economia do recrutamento

²⁷ Cf: Carta de José Beltrão de Toledo, Guarda Nacional, a José Feliciano Horta de Araújo, Presidente da província do Paraná. AP 0273, vol. 05, pp. 203-204. Curitiba, 04 de dezembro de 1868.

²⁸ Toral. P. 293.

²⁹ Doratioto, op. cit. p. 274.

³⁰ Para um resumo dessa referência, ver Lara, Silvia. Na perspectiva dos escravos. *Teoria e Debate*, São Paulo, 2000, v.45 pp 68-71.-

³¹ Kraay, Hendrik. “O abrigo da farda”: O Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888. *Afro-Ásia*, Salvador.

À procura de uma alternativa de “abrigo”, os escravos criaram várias táticas para ludibriar seus senhores com o real intuito de ir à guerra, para a obtenção de sua liberdade. Como citado anteriormente, uma das maneiras de o escravo ir à frente de batalha era como substituto, mas isto dependeria da vontade de seu senhor. Entretanto, a partir do momento em que eles perceberam na substituição uma via de libertação, passaram a imprimir uma pressão sobre os seus proprietários por meio de rebeliões, assassinatos, resistência ao trabalho e delitos, com a finalidade de serem “utilizados” como substitutos ou vendidos ao império para a servirem as Forças Armadas, interferindo, desta maneira, em providências que dizem respeito a seu próprio destino.³² Vemos, dessa forma, outra possibilidade de análise onde os próprios escravos forçavam sua entrada para obter sua liberdade.

Todavia, nosso trabalho tem como recorte uma espécie de triângulo social. Na sua base estava o interesse do Estado Imperial e a pressão que ela exercia sobre a província do Paraná para o envio de escravos para o serviço na Armada. Em seguida, dos proprietários de escravos, que aproveitaram a situação para lucrar com o erário público e livrarem-se do serviço militar. Finalmente temos o interesse dos escravos que, sabendo aproveitar a oportunidade, promoveram arruaças para obter sua liberdade.

v.17, 1996, p. 36.o abrigo da farda p. 44.

³² Chalhoub, Sidney. *Visões de liberdade: Uma história das últimas décadas de escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 58.visões de liberdade, p. 58.

Referências bibliográficas

BRASIL. *Colleção das leis do Império de 1865*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

CASTRO, J. B. de. A Guarda Nacional. In: HOLANDA, S. B. de. (org.) *História geral da civilização brasileira*. Vol. 04. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CHALHOUB. Sidney. *Visões de liberdade: Uma história das últimas décadas de escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Estudar as relações patronais e clientelares envolvendo o recrutamento de escravos negros do Paraná para atuação na Guerra do Paraguai.

Objetivos específicos

- Analisar as deliberações do Estado Imperial, envolvendo o recrutamento de escravos para a Guerra do Paraguai.
- Analisar como os decretos imperiais eram absorvidos pela província paranaense.
- Verificar os laços clientelares envolvendo os proprietários de escravos e as autoridades provinciais.
- Compreender os principais motivos da incorporação de cativos na Armada Imperial.
- Observar a possibilidade de escravos forçarem suas respectivas entradas no Exército para obtenção de sua liberdade.

QUADRO TEÓRICO METODOLÓGICO

A proposta desse trabalho tem como tema o estudo do recrutamento militar de escravos para atuação no conflito entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870). No entanto, outras questões são suscitadas no desenrolar da pesquisa, como a prática clientelar, envolvendo funcionários do governo provincial e proprietários de escravos. Contíguo a esta análise, temos a pressão exercida pelo Estado Imperial, exigindo soldados para atuar no campo de batalha. Por último, a

possibilidade de pressão dos próprios escravos, por meio de táticas para ludibriar os senhores³³, tendo como consequência sua venda ao Estado e obtenção da liberdade.

Nesse quadro vemos a pluralidade de questões envolvidas. Visto a impossibilidade de encapsularmos o processo em apenas uma das questões suscitadas, usaremos a noção de configuração social cunhada por Norbert Elias³⁴. Para Elias, essa noção serve para superar o conceito de sociedade, destacando-se a rede de interdependência entre os diversos grupos constantes dentro de um mesmo espaço. Nessa perspectiva, será possível observar que o recrutamento não estava apenas condicionado apenas à vontade dos Conselheiros do Estado, mas sim a uma rede de configurações.

Outro referencial utilizado nesse trabalho será a história social. Nela, a perspectiva de grupos considerados marginalizados passa a ser analisada com o auxílio dos métodos utilizados pela antropologia e sociologia. Victor Izecksohn, Celso Castro e Hendrik Kraay organizaram por meio dessa perspectiva uma nova história militar brasileira, introduzindo pontos cruciais para o entendimento do impacto do exército para a formação do Brasil enquanto Estado-Nação e da cidadania no Brasil.

TIPOLOGIA DAS FONTES

O corpo documental desse trabalho já está em sua maioria coligido e gravado em *CD-ROM*. A análise desse material será qualitativa em que selecionaremos os necessários para a produção da dissertação.

A Colleção das Leis do Império será estudada com o intuito de analisarmos os decretos imperiais que legislavam sobre a convocação de escravos para a guerra, juntamente com as deliberações no qual determinavam as condições para a substituição de escravos por particulares ou guardas nacionais para atuar na guerra. Essa coleção encontra-se disponível para consulta no IHGB do Paraná, no sítio eletrônico do Congresso Nacional Brasileiro.³⁵ Outra fonte de grande valia para nossa análise será o Relatório do Ministério de Guerra, visto que todos os ministérios do século XIX emitiam um relatório anual sobre sua atuação no Império. Contamos, portanto, com todos esses documentos do período cronológico delimitado para a pesquisa (1864-1870). Neles, temos um quadro importante de análise sobre a contribuição de cada província para a Guerra com o Paraguai,

³³ Sobre essa questão ver pena.

³⁴ Elias, Norbert. O processo civilizador: Uma história dos costumes. (vol. 01). Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1990. Como texto auxiliar para discussão da obra de Elias, ver SILVA, Luiz Geraldo.

³⁵ Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao6.html>. Acessado em 30/07/2008.

além da ampliação sobre o cenário de guerra durante o conflito, no qual os escravos estavam participando. Essa documentação encontra-se disponível no *web site* da Universidade de Chicago, nos EUA, disponibilizadas pelo Center for Research Libraries e Latin American Microform Project.³⁶

Outra parte da documentação encontra-se em sua totalidade no município de Curitiba, principalmente no Arquivo Público do Estado do Paraná. Como prática comum a partir da emancipação da província em 1853, o presidente e o vice apresentavam um relatório anual de atividades junto à Assembléia Provincial, dos quais podemos notar como os decretos os imperiais repercutiram no contexto da época e acompanhar o número de soldados que a província enviou ao Paraguai durante a Guerra.³⁷

Por fim, temos uma fonte indispensável para a realização do trabalho: localizada na Coleção de Correspondências do Governo, temos a descrição completa do número de escravos libertos por particulares e/ou autoridades locais, para atuação no conflito. Nesta seção também consta a lista de guardas nacionais e membros da sociedade civil que enviaram escravos para a guerra em seus lugares.

Na Biblioteca Pública do Paraná, contamos com o periódico *19 de Dezembro*. Este jornal era o periódico oficial da província e nele consta toda a documentação trocada entre autoridades policiais com os presidentes da província e membros da assembléia legislativa. Além de retratar o cotidiano da província entre os anos da batalha, oferece uma chance excepcional de realizarmos um cruzamento de dados, observando a possibilidade de escravos condenados estarem sendo conduzidos para o conflito no Prata.

³⁶ Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/guerra.html>. Acessado em 30/07/2008.

